

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*

MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

FERNANDO PÉDREIRA — *Redator Chefe*

MARCOS SÁ CORREA — *Editor*

JOSÉ SILVEIRA — *Secretário Executivo*

Sammy

Passo Democrático

O Presidente José Sarney tornou pública a decisão de não recorrer a decretos-leis enquanto exercer o cargo e se compromete a submeter à aprovação do Congresso os atos que requeiram a forma de lei. O Executivo renuncia à faculdade de legislar, que o autoritarismo levou à exacerbação a pretexto de eficiência administrativa. Mediante acordo entre as lideranças, assegura-se o Governo do regime de urgência na tramitação de suas iniciativas de lei.

Estamos diante de um propósito político saneador dos hábitos de prepotência com que o Executivo usurpou atribuições do Legislativo. Fica para a Constituinte a extinção dessa anomalia que se requintou até o absurdo jurídico de ter efeito retroativo, mas a iniciativa pede outros atos com a mesma coragem democrática.

Vale também a decisão presidencial como exemplo oportuno para o momento em que se cobra do Governo a iniciativa de ações que reduzam o vácuo de poder. Não se pede **mais governo** e, sim, a ação de governo no âmbito das suas responsabilidades executivas específicas, que não podem mais ser retardadas pelo escrúpulo da interinidade. Há muito a ser feito desde logo em tudo que diz respeito ao cerceamento que marginalizou a própria sociedade dentro da nação.

A questão política central se apresenta na ambivalência que mostra o Brasil saturado do excesso burocrático na máquina administrativa, enquanto a prolongada interinidade da Presidência tornou o país carente das decisões complementares à formação do Governo. O compromisso de substituir o decreto-lei por um acordo funcional com o Congresso é, ao mesmo tempo, sinal de iniciativa política do Governo e abertura de espaço democrático à vida brasileira.

O exercício temporário do poder, ainda de duração imprevisível depois de um mês, multiplicou sintomas indesejáveis e disparou os sinais de alerta na vida econômica e na administração pública do país. A necessidade de presença política do Governo não se

confunde, entretanto com os padrões autoritários que podem perfeitamente ser abolidos. Quanto mais for aliviada a intromissão do Estado na vida brasileira, mais depressa reagirá a sociedade na liberdade de autodeterminar-se. O Governo de que se precisa e que se quer desde logo é exatamente o recuo do Executivo para o seu campo restrito de competência e a conseqüente expansão da fronteira democrática, pela liberdade econômica atrofiada no estatismo.

Mais liderança democrática é o que compete ao Governo demonstrar, mesmo em sua interinidade. O Brasil tem Governo demais e liderança democrática de menos. O autoritarismo desativou os mecanismos de funcionamento da liberdade de iniciativa e montou uma burocracia tentacular, que imobiliza qualquer ação autônoma por parte da sociedade. Ora, o levantamento da suspeita política em relação à liberdade exige a remoção da desconfiança que inibe a liberdade econômica. Sem o quê, todas as conquistas políticas serão precárias e sujeitas a riscos.

Por menos que possa fazer, por não dispor de prazos para coordenar medidas políticas de longo e curto alcance, tem o Governo condições de designar os ocupantes dos cargos e de extinguir postos dirigen-tes e empresas que ornamentavam o autoritarismo mas contribuíam apenas para a notória ineficiência do Estado na economia. Menos ingerência governamental é também uma forma de reduzir despesas sem produtividade e sem retorno.

Um novo estado de espírito precisa apossar-se da Nova República e limpar o caminho para a democracia. À medida que o Governo renuncie a poderes e hábitos prepotentes, a sociedade se incumbirá de preencher os claros de uma realidade a ser política e economicamente democratizada. Quanto mais depressa nos afastarmos do padrão autoritário, mais rapidamente o Governo se sentirá seguro de que a sociedade pode ocupar o espaço de onde se retire o Estado. E para isso não é preciso esperar: basta o impulso inicial.